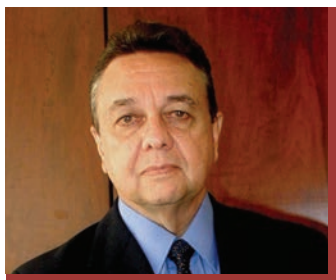


Diário de bordo

Uma grande perda



Roberto Rodrigues*

PERDEMOS MAIS um grande líder do agronegócio brasileiro: morreu em julho Octávio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. No Brasil, somos acusados de não cultivar as tradições, de não homenagear nossos heróis. Não é bem assim. Tanto como homenageamos o grande líder Antônio Ernesto Salvo, é preciso agora galardoar este companheiro de todas as horas.

Advogado e escritor, Alvarenga nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1926, e atuou como presidente da SNA por 31 anos. Inteligente, cordial, elegante e bem-humorado, era muito estimado nos meios sociais, empresariais e políticos brasileiros.

A partir de 1979, assumiu a presidência da SNA, onde realizou um excepcional trabalho de dinamização daquela instituição, com a revista *A Lavoura*, a Faculdade de Ciências Agroambientais, a defesa dos interesses do setor do agronegócio brasileiro e 11 grandes congressos de *Agribusiness*. Fez questão de manter a instituição com independência, fato que o permitia criticar e aplaudir políticas dos sucessivos governos e merecer respeito dos grupos conservadores e progressistas do setor.

Como escritor, foi autor de 18 livros, sendo 12 de ensaios. Recebeu dois prêmios Walmap de Literatura com *Judeu Nuquim* e *Sexta-Feira, 16*. Escreveu ainda seis livros sobre Direito Agrário, Meio

Ambiente e Agricultura. De 91 a 99, manteve uma coluna semanal em *O Globo*.

Atuou como Diretor-orador do Instituto dos Advogados Brasileiros, no Conselho Deliberativo do Sebrae/RJ, Diretor da Associação Latino-Americana de Direito Agrário. Fundou a Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental (Sobrapa) e o Instituto Cultural da SNA.

Alvarenga ganhou destaque como o único latino-americano titular da Academia de Agricultura da França, eleito em 1990. Fez cursos de especialização nos Estados Unidos, na Espanha e na Itália. Foi procurador de todos os órgãos federais criados a partir de 1959 para tratar das questões agrárias e de reforma agrária. Era um dos maiores conhecedores dos problemas fundiários do País.

Versátil e espirituoso, constituiu com amigos um grupo denominado Cantores do Chuveiro, reunindo profissionais de sucesso em suas respectivas áreas de atuação e amadores em termos musicais. Unidos pela música, apresentaram-se, com sucesso, em longas temporadas no Rio, em outras cidades brasileiras e até em Paris. Casado durante 25 anos com Maria Alice Drummond Alvarenga, teve quatro filhos: Isa, Antonio, Rodrigo e Roma. Desde 1988, era casado com Sylvia Wachsner.

Alvarenga tinha uma característica marcante: era extremamente sério nas coisas importantes, mas sabia ser irreverente com as não importantes. Tinha uma contagiante alegria de viver, e sua visão poética de cada fato lhe emprestou a permanente característica da “leveza de ser”, sustentavelmente. Fará muita falta: sua alegria, sua irreverência, sua poesia – e sua firmeza na defesa do Estado de Direito – farão falta.

A estas horas estará cultivando alguma hortaliça orgânica no Jardim do Éden, cantarolando uma seresta para as anjinhas mais belas... ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Riscos da concentração



Cesário Ramalho*

A CONCENTRAÇÃO de empresas toma conta da economia brasileira e no agronegócio também. De janeiro a maio deste ano, foram 29 transações, entre fusões ou aquisições, que envolveram frigoríficos, usinas de açúcar e etanol, exportadoras de suco, entre outros setores do agro. Os números são de recente estudo da consultoria Pricewaterhouse Coopers.

Atenta à questão, a diretoria da Sociedade Rural Brasileira (SRB) manifestou ao presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Arthur Badin, preocupação com os desdobramentos desta forte tendência de fusões e que acelerou a concentração e facilita a cartelização do elo industrial do agronegócio.

Para a SRB, esse movimento dá mais poder econômico aos grupos empresariais em relação aos fornecedores de matérias-primas, ou seja, aos produtores rurais, e também frente aos consumidores. Esse quadro coloca o produtor rural em acen-tuada desvantagem diante da indústria.

Espremido entre a força financeira de grandes grupos fabricantes de insumos, conglomerados agroindustriais e gigantes do varejo, o produtor vê as opções de compra e venda cada vez mais escassas.

Na visita que fez à SRB, após destacar a importância da agricultura para o Brasil, Badin afirmou que “é fundamental as entidades manifestarem suas posições

Opinião

Políticas agrícolas

e mostrarem a realidade ao Cade, que, por sua vez, espera que as informações cheguem para serem julgadas”.

O Cade faz parte de uma tríade de órgãos governamentais que formam o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), responsável pela promoção de uma economia competitiva.

Essa defesa ganhou maior importância quando da extinção dos monopólios estatais brasileiros de petróleo, comunicações e energia elétrica. E, especialmente, quando a economia brasileira se modernizou, abandonando definitivamente os instrumentos de controle de preços e apostando na concorrência e na integração competitiva como instrumento do desenvolvimento (Plano Real).

O presidente do Cade relembrou que, a partir de 1993, o órgão passou a ter uma nova atribuição e maior atuação. Explicou que passou a ter dois focos: o consumidor, com a preocupação de preservar e garantir os seus direitos, e também os fornecedores da indústria.

Ao analisar a fusão entre Perdigão e Sadia, que resultou na Brasil Foods, Badin assinalou que é preciso olhar o mercado com cuidado, já que a operação teve como objetivo a internacionalização e o fortalecimento das exportações. De acordo com ele, é preciso enxergar os mercados globais, mas que isso nunca signifique prejuízo ao consumidor nem ao produtor.

Na questão dos fertilizantes, Badin afirmou que a criação de uma estatal não é possivelmente a melhor solução e defendeu a reforma do atual Código Mineral Brasileiro. Na sua análise, compactuada pela Rural, a dependência do agro nacional de fornecedores internacionais é inaceitável. O País não pode manter suas jazidas esterilizadas, inexploradas.

Em relação à citricultura, o presidente do Cade disse que é a favor de um mecanismo como o Consecitrus e salientou que a sua criação não afeta procedimentos do Cade. ■



João Sampaio*

É PRECISO olhar mais de perto a eficácia do crédito agrícola para a classe produtora para o aumento da produção e, principalmente, da renda.

Um estudo do professor Mauro Lopes, da Fundação Getúlio Vargas, sobre os últimos dados do Censo Agropecuário Brasileiro 2006 dá subsídios para tentarmos medir a eficácia das políticas agrícolas, assim como para derrubar alguns mitos.

A contraposição entre agricultura familiar e agronegócio, alardeada por alguns setores, não se confirma quando comparamos os dados majoritários, assim como o mito de que a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção e do valor.

Os não enquadráveis dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), segundo o Censo, que representam 30,7% do total de estabelecimentos, têm uma participação relativa de 76,3% na geração do produto bruto da agropecuária brasileira. Os enquadráveis no Pronaf representam 64,4% das propriedades, e sua contribuição é de 22,9% do produto bruto.

Nessas informações há duas situações de análise. Primeiro, o percentual de valor bruto gerado pelos pequenos produtores é baixo. Se este segmento teve acesso a um crédito cada vez mais barato, o que explica que mesmo com aumento de

produção não houve ampliação do valor da produção? Qual a real eficácia desse tipo de política de acesso a crédito? Segundo, qual é o aumento de renda deste produtor, que, no final das contas, significa comprovar a eficácia dessa política de crédito?

De acordo com os números do Censo de 2006, aproximadamente 98,61% de todos os estabelecimentos brasileiros, tanto enquadráveis como não enquadráveis no Pronaf, registram receita bruta anual abaixo de R\$ 240.000,00, que é o teto de enquadramento da microempresa do setor urbano. Não houve também variação nesse valor entre as diferentes regiões do País, comprovando que o agronegócio é formado, em sua ampla maioria, de microempresas.

Se considerarmos o acesso ao crédito, recorde sucessivos de produção e produtividade, como é que a renda do produtor brasileiro continua nesse patamar? Será que estamos no caminho certo? Esta é a hora da análise. Aumento de produção e de produtividade não significa maior rentabilidade.

O setor precisa avaliar quais seriam as alterações necessárias para mudar este quadro, porque, se continuarmos neste patamar de retorno, a conta ficará no vermelho a cada duas ou três safras, vulnerável a qualquer oscilação de preço ou variação climática. O acesso ao crédito deve vir acompanhado da universalização do uso de seguro rural e dos instrumentos de proteção de renda, já disponíveis no mercado financeiro, seja na utilização direta dos dispositivos ou na relação com as *tradings* e cooperativas.

Como se vê, um olhar mais apurado dos números é capaz de ajudar na formulação de políticas públicas e também de desconstruir mitos que, de tão repetidos, podem se tornar verdades que nem sempre ajudam nas mudanças necessárias para o agronegócio e para o País. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo